



# Jornal do Município

## Prefeitura Municipal de Itajaí

Órgão Oficial do Município de Itajaí - Ano XV- Edição Nº 1436 - 30 de Março/2015

### ATOS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

EDITAL 001/2015 – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMDICA

Dispõe sobre o Edital do Processo de Escolha dos (as) candidatos (as) a membros do Conselho Tutelar do Município de Itajaí, nos termos da Lei Municipal nº 3.353, de 16 de Dezembro de 1998, da Resolução 170, de 10 de Dezembro de 2014 DO CONANDA, e dá outras providências.

#### CAPITULO I

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Art. 1º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itajaí, COMDICA, no uso de suas atribuições, com fundamento nos Artigos 139 da Lei 8.069, de 13 de Julho de 1999, e Artigo 20 da Lei 3.353 de 16 de Dezembro de 1998, RESOLVE estabelecer as normas para realização do primeiro processo unificado para a escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Itajaí, Estado de Santa Catarina.

#### CAPITULO II

##### DO PROCESSO DE ESCOLHA

Art. 2º O processo de escolha, nos termos do Artigo 23 da Lei Municipal nº 3.353/98, e Resolução 170 do CONANDA, de 10 de Dezembro de 2014, ocorrerá no dia 04 de outubro de 2015, será presidido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itajaí- COMDICA, organizado e conduzido por Comissão Especial Eleitoral por ele indicada e sob a fiscalização do Ministério Público, compondo-se dos critérios descritos neste Edital

§1º Aplica-se ao processo de escolha o disposto na Lei Complementar Federal 64, de 18 de maio de 1990, indeferindo-se a inscrição do candidato que incidir nas hipóteses de inelegibilidade nela constantes.

§2º Processo de Escolha mediante sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do Município de Itajaí.

§3º Os leitores aptos a votar são aqueles inscrito na Justiça Eleitoral do Município de Itajaí até 6 (seis) meses antes do processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares.

§4º Estarão aptos a participar do Processo de Escolha os candidatos que atenderem a todos os requisitos previstos neste Edital.

#### CAPITULO III

##### DAS INSCRIÇÕES PARA O PROCESSO DE ESCOLHA

Art. 3º A inscrição para o processo de escolha será individual, não sendo admitida composição de chapas;

Art. 4º A inscrição será feita mediante a apresentação de requerimento e declarações padronizados (Anexos I, II, III e IV), que serão fornecidos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA.

Art. 5º Acompanhando o Anexo III, o inscrito deverá providenciar a juntada de cópia dos seguintes documentos:

I – No caso de ter atuado em entidade ou instituição não governamental, apresentar atos constitutivos e ata de eleição da atual diretoria; ou

II – No caso de ter atuado em entidade governamental, apresentar ato oficial onde se deu a publicação da nomeação do diretor ou presidente;

Parágrafo Único: Caso haja necessidade, a Comissão Especial Eleitoral procederá à realização de diligência para constatação da veracidade dos documentos.

Art. 6º A inscrição será realizada compreendendo a Entrega e protocolo do requerimento (Anexo I) e juntada de documentos conforme Art. 8º do presente Edital.

Art. 7º As inscrições indeferidas serão publicadas no Diário Oficial do Município para que os interessados, querendo, no prazo de 3 (três) dias úteis, apresentem recurso ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA. (Conforme anexo IV).

Art. 8º O inscrito poderá registrar um apelido para divulgação de candidatura e momento de votação.

Art. 9º - O cidadão que desejar candidatar-se à função de conselheiro tutelar deverá atender as seguintes condições, mediante documentos e ou declarações, nos termos do art. 22 da Lei Municipal n. 3.353/98:

I – reconhecida idoneidade moral;

II – idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III – residir no município há mais de 02 (dois) anos;

IV – estar no gozo de seus direitos políticos;

V – possuir 01 (um) ano de reconhecida experiência na área de defesa ou atendimento aos direitos da criança e do adolescente, conforme Anexo III;

VI – possuir formação técnico-profissional nas áreas de psicologia, direito, pedagogia ou serviço social, para as vagas técnicas;

VII – possuir ensino médio completo, para a vaga de conselheiro membro da comunidade;

§1º – O requerimento de inscrição deverá estar acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Certidões negativas criminais e civis da Justiça Estadual e Federal;
- b) Documentos pessoais (cópia da cédula de identidade e CPF; ou Cópia da CNH – Carteira Nacional de Habilitação);
- c) Comprovante de residência (água, energia elétrica ou telefone fixo) em nome do candidato, acompanhado da declaração constante do Anexo IV e, se em nome de terceiro, comprovação do vínculo jurídico com o candidato (parentesco, contrato de locação, etc);
- d) Comprovante de quitação com o serviço militar obrigatório, para os requerentes do sexo masculino;
- e) Título de Eleitor e comprovantes de que votou na última eleição (dos dois turnos, se houve). Na falta dos comprovantes, declaração da Justiça Eleitoral de que esta quite com as obrigações eleitorais, ou justificativa eleitoral;
- f) Cópia do diploma para os candidatos concorrentes às vagas técnicas ou respectivo certificado de colação de grau;
- g) Comprovante de escolaridade (ensino médio), para os candidatos membro da comunidade (art. 22, VII da Lei 3.353/98).
- h) Não ter sido penalizado com a destituição da função de conselheiro tutelar, nos últimos cinco anos, em declaração firmada pelo candidato.

Art. 10 No ato da inscrição, o interessado receberá um número, entregue junto com seu protocolo de entrega da documentação.

Art. 11 O protocolo permanecerá com o interessado servindo como prova da inscrição e do cumprimento dos demais atos pertinentes ao processo eleitoral.

#### CAPITULO IV

##### DA CAMPANHA ELEITORAL:

Art. 12 A Campanha eleitoral se iniciará no dia 14 de agosto de 2015, devendo encerrar-se no dia 03 Outubro de 2015.

Art. 13 Os candidatos poderão promover as suas candidaturas junto a eleitores, por meio de debates, entrevistas e distribuição de panfletos;

Art. 14 É livre a distribuição de panfletos, desde que não perturbe a ordem pública ou particular;

Art. 15 As instituições (escola, Câmara de Vereadores, CRAS, rádio, igrejas etc.) que tenham interesse em promover debates com os candidatos deverão formalizar convite a todos aqueles que estiverem aptos a concorrer ao cargo de conselheiro tutelar.

Art. 17 Os debates deverão ter regulamento próprio devendo ser apresentado pelos organizadores a todos os participantes e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência;

Art. 18 Os debates só ocorrerão com a presença de, no mínimo, XX (XXX) candidatos e

serão supervisionados pelo CMDCA;

Art. 19 Os debates previstos deverão proporcionar oportunidades iguais aos candidatos nas suas exposições e respostas;

Art. 20 Os candidatos convidados para debates e entrevistas deverão dar ciência do teor deste edital aos organizadores;

Art. 21 Caberá ao candidato fiscalizar a veiculação da sua campanha em estrita obediência a este edital.

Art. 22 É vedado ao candidato:

I – Oferecer ou prometer dinheiro, dádiva, brindes ou vantagens de qualquer natureza aos eleitores;

II - Promover o transporte de eleitores no dia da votação;

III – No dia da Eleição não será permitido ao candidato ou a qualquer pessoa fazer qualquer tipo de propaganda eleitoral.

IV - A propaganda, ainda que gratuita, por meio dos veículos de comunicação em geral (jornal, rádio ou televisão), faixas, outdoors, placas, camisas, bonés e outros meios não previstos neste Edital;

V - Receber o candidato, direta ou indiretamente, doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de:

- a) Entidade ou governo estrangeiro;
- b) Órgão da administração pública direta e indireta ou fundação mantida com recursos provenientes do Poder Público;
- c) Concessionário ou permissionário de serviço público;
- d) Entidade de direito privado que receba, na condição de beneficiária, contribuição compulsória em virtude de disposição legal;
- e) Entidade de utilidade pública;
- f) Entidade de classe ou sindical;
- g) Pessoa jurídica sem fins lucrativos que receba recursos do exterior;
- h) Entidades beneficentes e religiosas;
- i) Entidades esportivas;
- j) Organizações não-governamentais que recebam recursos públicos;
- k) Organizações da sociedade civil de interesse público.

Art. 23 É vedada a vinculação do nome de ocupantes de cargos eletivos (Vereadores, Prefeitos, Deputados etc) ao candidato;

Art. 24 É vedada a propaganda irreal ou insidiosa ou que promova ataque pessoal contra os concorrentes;

Art. 25 É proibido aos candidatos promoverem as suas campanhas antes da publicação da lista definitiva das candidaturas, prevista no Art. 11;

Art. 26 É vedado ao conselheiro tutelar promover sua campanha ou de terceiros durante o exercício da sua jornada de trabalho;

Art. 27 É vedado aos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente promover campanha para qualquer candidato;

Art. 28 É vedado o transporte de eleitores no dia da eleição, salvo se promovido pelo poder público e garantido o livre acesso aos eleitores em geral;

Art. 29 Não será permitido qualquer tipo de propaganda no dia da eleição, em qualquer local público ou aberto ao público, sendo que a aglomeração de pessoas portando instrumentos de propaganda caracteriza manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos;

Art. 30 É vedado ao candidato doar, oferecer, promover ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor, tais como camisetas, chaveiros, bonés, canetas ou cestas básicas.

Art. 31 A propaganda eleitoral será permitida nos moldes da legislação eleitoral vigente,

podendo o candidato convencer o eleitor para que compareça ao local de votação e vote, considerando que neste pleito o voto é facultativo.

## CAPITULO V

### DA VOTAÇÃO E APURAÇÃO DOS VOTOS

Art. 32 O voto será secreto e facultativo aos eleitores inscritos nas duas Zonas Eleitorais do Município de Itajaí, devendo ou podendo cada eleitor votar, em cinco candidatos, um candidato por categoria, sendo considerados eleitos os que receberem o maior número de votos.

Art. 33 A votação ocorrerá no dia 04/10/2015, em local e horário definidos por edital da Comissão Organizadora, a ser divulgado com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, no Jornal Oficial do Município na sede Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente COMDICA.

Art. 34 Às 17h do dia da eleição serão distribuídas senhas aos presentes que se encontrarem nas filas de votação, para assegurar-lhes o direito de votar;

Art. 35 Somente poderão votar os cidadãos que apresentarem o título de eleitor, acompanhado de documento oficial de identidade;

Art. 36 Os candidatos poderão fiscalizar ou indicar um fiscal e um suplente para o acompanhamento do processo de votação e apuração;

f) O nome do fiscal e do suplente deverá ser indicado à Comissão Organizadora com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas antes do dia da votação;

g) No dia da votação o fiscal deverá estar identificado com crachá.

Art. 37 Os mais votados por categoria serão considerados titulares do cargo.

Art. 38 Os demais classificados por categoria serão considerados suplentes e, até o próximo pleito, poderão ser convocados, em ordem classificatória, para exercer a substituição do membro titular que, por qualquer motivo, se afastar do cargo.

## CAPITULO VI

### CALENDÁRIO E PRAZOS

Art. 39 O Processo de Escolha e posse dos (as) conselheiros (as) tutelares de Itajaí obedecerá ao seguinte calendário:

I – 01 de Abril de 2015 - Publicação desta Resolução no Jornal oficial do município, e secretaria executiva do COMDICA;

II – 01 a 21 de Junho de 2015 – Registros/ Pedidos de Inscrições de Candidaturas

III – 22 a 30 junho de 2015 – Exame pela Comissão Especial dos pedidos de Registros/ de candidaturas.

IV – 03 de Julho de 2015 - Publicação em Jornal do município e na Secretaria Executiva do COMDICA, da relação dos candidatos com inscrições deferidas e indeferidas, por ordem alfabética.

V – 10 de julho de 2015 – Prazo limite para interposição Recurso do Indeferimento de Inscrição ou apresentação de Impugnação de Candidatura;

VI – 14 de Julho de 2015 – Sessão Extraordinária do COMDICA, para discussão e aprovação do Relatório da Comissão Especial em relação as impugnações e recursos de candidatura, com início as 8h30min, em local a definir e ser divulgado;

VII – 12 de Agosto de 2015 - Publicação dos candidatos habilitados a participar do processo de escolha com ciência ao Ministério Público;

VIII - 12 de Agosto a 03 de outubro de 2015 - Período reservado ao COMDICA para conferir ampla publicidade ao processo de escolha dos membros para o Conselho Tutelar, as atribuições do Conselho Tutelar e a importância de todos na condição de candidatos ou eleitores, servindo de instrumento de mobilização popular em torno da causa da infância e



**Jornal do Município**  
Prefeitura Municipal de Itajaí

**PREFEITURA DE ITAJAÍ**  
Rua Alberto Werner, nº 100 - Itajaí-SC

**Jandir Bellini**  
Prefeito Municipal

**Dalva Maria Rhenius**  
Vice-prefeita Municipal

**Murilo José da Conceição**  
Secretaria Municipal de  
Comunicação Social

**Cláudia Cristina Batschauer**  
Jornalista responsável  
JP 00680-SC

Instituído na forma dos parágrafos 1 e 3 do artigo 54, da Lei Orgânica, na redação introduzida pela Emenda nº 07/97, está regulamentado pelo Decreto nº 5838, de 09 de março de 1999, com a alteração do Decreto nº 7460, de 22 de abril de 2005.

juventude.

IX – 20 de Agosto de 2015 – Reunião com todos os candidatos habilitados destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha e firmar compromisso por meio de assinatura de termo, de respeitá-las sob pena imposição de sanções prevista na legislação;

X – 04 de Outubro de 2015 – Votação, apuração e proclamação oficial dos eleitos pela Comissão de Escolha e COMDICA;

XI – 06 de Outubro de 2015 - Publicação – Divulgação do resultado final do Processo de Escolha na sede do COMDICA e no Jornal Oficial do Município;

XII – 10 de Janeiro de 2016 - Posse dos Conselheiros Tutelares eleitos, em reunião ordinária do COMDICA, com a presença do Prefeito, Secretários, conselheiros e outras autoridades.

## CAPITULO VII

### DO LOCAL DA INSCRIÇÃO

Art. 40 A inscrição dar-se-á no seguinte período, local e horário e deverá ser realizada pelo próprio candidato:

I – Período de 01 a 21 de junho de 2015

II – Horário das 13h30 as 18h

III – Na sede do COMDICA junto a Secretaria da Criança, do Adolescente e da juventude, sito a Rua Joinville, 409 – Centro – Itajaí – SC.

## CAPITULO VIII

### DOS IMPEDIMENTOS

Art. 41 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

Art. 42 Estende-se o impedimento do Conselheiro em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude na Comarca.

Art. 43 Existindo candidatos impedidos de atuar num mesmo Conselho Tutelar e que obtenham votação suficiente para figurarem entre os 05 (cinco) primeiros lugares, considerar-se-á eleito aquele que tiver maior votação. O outro eleito será reclassificado como 1º (primeiro) suplente, assumindo na hipótese de vacância e desde que não exista impedimento.

### DAS IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

Art. 44 As impugnações poderão ser apresentadas pela comunidade e pelo Ministério Público à Comissão Eleitoral:

I – até três dias úteis após a publicação no Jornal Oficial do Município da relação das candidaturas homologadas, somente versando sobre o descumprimento dos requisitos previstos no art.11, da Lei Municipal 3353 de 1998;

II – a qualquer tempo, se versar sobre excessos na propaganda eleitoral.

§ 1º As impugnações deverão ser fundamentadas e instruídas com documentos comprobatórios dos fatos alegados, ou declaração firmada por três testemunhas, com assinaturas reconhecidas, juntando-se cópia dos respectivos documentos de identidade.

§ 2º O interessado será notificado a apresentar defesa, sendo a contraprova nos moldes acima indicados.

Art. 45 Os recursos serão interpostos ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente somente pelo candidato que for excluído do processo eleitoral.

## CAPITULO IX

### DAS NOTIFICAÇÕES, INTIMAÇÕES E PRAZOS

Art. 46 Todas as notificações e intimações referentes ao processo de escolha dos Conselheiros Tutelares serão realizadas por meio de publicações no Jornal Oficial do Município e por meio de correspondência oficial.

Art. 47 Os prazos, quando a lei municipal e as Resoluções Normativas do COMDICA não dispuserem em contrário, serão de três dias contados a partir do primeiro dia útil após a publicação.

## CAPITULO X

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 48 Todos os documentos, impugnações, recursos e demais atos relativos ao processo

de escolha, exceto aqueles pertinentes à eleição e apuração dos votos, deverão ser encaminhados ou realizados na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, situado a Rua Joinville, 409 – Centro – Centro – Itajaí – SC.

Art. 49 O processo de escolha para o Conselho Tutelar ocorrerá com o número mínimo de dez pretendentes devidamente habilitados.

Art. 50 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, no mínimo 2 (dois) por categoria o COMDICA poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, sem prejuízo da garantia de posse dos novos conselheiros ao término do mandato em curso.

Art. 51 A atualização do endereço para correspondência é de inteira responsabilidade do candidato e deverá ser feita, mediante protocolo, no endereço Rua Joinville, 409 – Centro – Itajaí – SC.

Art. 52 Os documentos apresentados pelo candidato durante todo o processo poderão, a qualquer tempo, ser objeto de conferência e fiscalização da veracidade do seu teor por parte da Comissão Organizadora, e no caso de constatação de irregularidade ou falsidade, a inscrição será cancelada independentemente da fase em que se encontre, comunicando o fato ao Ministério Público para as providências legais.

Art. 53 As Resoluções Normativas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA e os Atos da Comissão Especial Eleitoral que venham disciplinar eventuais ocorrências do processo eleitoral serão publicados no Jornal Oficial do Município, para conhecimento dos interessados, sendo o Ministério Público cientificado para fiscalização de todas as fases do processo eleitoral.

Art. 54 Outras Resoluções Normativas poderão ser editadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a fim de regulamentar eventuais procedimentos que se fizerem necessários durante o processo eleitoral.

Art. 55 Para garantir a celeridade do processo eleitoral e levá-lo a bom termo, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente institui Assembléia Permanente, a partir da publicação dos editais de convocação para as eleições.

I – A pauta, data e horário da reunião serão informados no Jornal Oficial do Município, providenciando o membro titular o comparecimento de seu suplente, na impossibilidade de sua presença, a fim de garantir o quorum necessário para as deliberações.

Art. 56 O COMDICA por meio da Comissão Eleitoral, publicará com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, relação com o(s) Local(ais) de votação, garantindo que seja realizado em local(ais) de fácil acesso, observando os requisitos de acessibilidade, horário, bem como a forma de votação, ou seja, se o voto será eletrônico, caso obtenha junto à Justiça Eleitoral o empréstimo de urnas eletrônicas e o software, ou, em caso de impossibilidade, a votação será feita utilizando urnas comuns e cédulas manualmente.

Art. 57 Os membros escolhidos como conselheiros tutelares titulares e os suplentes, entre os meses de outubro e novembro, submeter-se-ão a estudos sobre a legislação específica, as atribuições do cargo e aos treinamentos práticos necessários, promovidos por uma comissão ou instituição pública ou privada, sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Secretaria à qual está vinculado.

Art. 58 Os casos omissos serão resolvidos levando em consideração o voto da Comissão Especial e da Plenária do COMDICA levando os fatos ao Ministério Público – 4ª Promotoria de Justiça.

Art. 59 Cabe ao Município o custeio de todas as despesas decorrentes do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

Art. 60 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será comunicada em ato complementar ao Edital a ser publicado no Diário Oficial do Município e no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA).

Art. 61 Todo o processo de escolha dos conselheiros tutelares será realizado sob a fiscalização do Ministério Público, o qual terá ciência de todos os atos praticados pela Comissão Organizadora, para garantir a fiel execução da Lei e deste Edital.

Itajaí 30 de Março de 2015

Fernanda Cristina da Luz  
Presidente



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
COMDICA - ITAJAÍ - SC.

## ANEXO I

Ilustríssimo Senhor Coordenador da Comissão Especial Eleitoral

Nome \_\_\_\_\_

Apelido \_\_\_\_\_

Residência \_\_\_\_\_

Bairro \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_  
Itajaí/SC.

Telefone comercial \_\_\_\_\_ Telefone residencial \_\_\_\_\_

Celular \_\_\_\_\_ E-mail \_\_\_\_\_

Nacionalidade \_\_\_\_\_ Estado Civil \_\_\_\_\_

Profissão \_\_\_\_\_

Escolaridade \_\_\_\_\_

RG nº \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_ e

Título de Eleitor nº \_\_\_\_\_.

vem requerer sua inscrição para participar do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Itajaí, gestão 2016/2020.

Juntando as declarações e os anexos padronizados pelo COMDICA e cópia dos documentos exigidos pelo artigo 3º da Resolução Normativa nº XXX/2015-COMDICA.

Pede Deferimento.

Itajaí, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Assinatura do Inscrito



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
COMDICA - ITAJAÍ - SC.

## ANEXO II

## DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, portador do

RG \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, DECLARO, para fins de inscrição no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Itajaí que:

1. Sou pessoa considerada idônea e de boa reputação;

2. Resido no Município de Itajaí, há mais de dois anos;

3. Estou no gozo de meus direitos políticos;

4. Pretendo concorrer à vaga de: \_\_\_\_\_

4.1 Se para vaga de nível superior:

Concluí o curso de ensino superior na área de \_\_\_\_\_, com registro no órgão de classe: \_\_\_\_\_ sob o número: \_\_\_\_\_;

4.2 Se para vaga de membro da comunidade:

Concluí o curso de ensino médio em: \_\_\_\_\_

5. Possuo comprovada experiência de, no mínimo, 1 (um) ano, em atividades de atendimento ou defesa de direitos da criança ou do adolescente;

Falsidade ideológica – art. 299 do Código Penal: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita com o fim de prejudicar direito, criar brigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena – reclusão, de um a cinco anos e multa, se o documento é público e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento particular.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
COMDICA - ITAJAÍ - SC.

## ANEXO III

## COMPROVAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

ENTIDADE: \_\_\_\_\_

NATUREZA DA ENTIDADE:

GOVERNAMENTAL ( ) NÃO GOVERNAMENTAL ( )

ENDEREÇO:

TELEFONE:

CNPJ:

A ENTIDADE POSSUI REGISTRO NO COMDICA? ( ) SIM ( ) NÃO Nº \_\_\_\_\_

A ENTIDADE POSSUI REGISTRO EM OUTROS CONSELHOS? ( ) SIM ( ) NÃO

QUAL? \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_

PROGRAMA DE ATENDIMENTO/PRESTAÇÃO DE SERVIÇO:

RESPONSÁVEL LEGAL:

CARGO/FUNÇÃO:

ENDEREÇO:

ATIVIDADES EXERCIDAS PELO CANDIDATO: \_\_\_\_\_

VOLUNTÁRIA ( )

REMUNERADA ( )

DATA DE INÍCIO DA ATIVIDADE: \_\_\_\_\_ DATA DE DESLIGAMENTO: \_\_\_\_\_

Itajaí, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Assinatura do responsável legal com firma reconhecida

## OBSERVAÇÃO

1. Providenciar as cópias dos atos constitutivos da instituição e da ata da assembleia que elegeu a atual diretoria, se entidade não governamental.
2. ou da cópia do Diário Oficial onde se deu a publicação da nomeação do diretor ou presidente da entidade governamental.
3. Em papel timbrado da(s) Entidade(s)



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
COMDICA - ITAJAÍ - SC.

## ANEXO IV

## DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

(Lei Nº. 7.115/83)

Eu, \_\_\_\_\_ [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], natural de [CIDADE]/[ESTADO], nascido aos [DATA DE NASCIMENTO], filho de [NOME DO PAI E NOME DA MAE], portador do RG Nº. [NUMERAÇÃO] [ORGÃO EXPEDIDOR], CPF nº [NUMERAÇÃO], **DECLARO** conforme artigo 1º. da Lei 7115/83 que resido no seguinte endereço: Rua [ENDEREÇO DECLARADO]

**DECLARO** ainda ser conhecedor das sanções civis, administrativas e criminais a que estarei sujeito, caso o quanto aqui declarei não porte estritamente a verdade.

Itajaí (SC) ..... de ..... de 2015